

*Entre o culto e a exclusão:
o lugar de Machado no projeto
crítico de Mário de Andrade*



Machado de Assis e Mário de Andrade.

Joana Luíza Muylaert de Araújo

Doutora em Letras (Ciência da Literatura) com pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Instituto de Letras e Linguística e do Programa de Pós-graduação em Letras-Mestrado em Teoria Literária da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisadora do CNPq. Co-organizadora de *A escrita literária: teorias, histórias e poéticas*. Uberlândia: Edufu, 2007. muylaertj@gmail.com

¹ ANDRADE, Mário de. O movimento modernista. In: *Aspectos da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002, p. 107.

² Sobre a continuidade, no século XX, dos pressupostos teóricos da historiografia literária brasileira oriundos do XIX”, consultar SOUZA, Roberto Acízelo de. *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. Merece também leitura atenta o ensaio de Flora Sussekind, “Rodapés, tratados e ensaios. A formação da crítica brasileira moderna.”, em *Papéis colados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003, p. 15-36.

³ Referimo-nos ao conhecido e muito citado artigo “A nova geração”, em que o autor de *Dom Casmurro* discute sobre a então “poesia nova” brasileira (ASSIS, Machado de. A nova geração. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1962, v. III, p.809-836). Depois de analisar alguns poetas representantes mais significativos da “nova tendência”, concluiu Machado que estes não formavam um grupo compacto e coeso. Conjugação de ideal político e ideal poético, aspiração social ao reinado da justiça e da liberdade, tendência acentuada ao Realismo resultando numa poesia de cunho cientificista e didático não constituíam, a seu ver, elementos suficientemente coerentes e articulados num corpo de doutrina literária. Faltava ao nosso movimento poético uma definição estética, uma “feição assaz característica e definitiva” (*Ibidem*, p. 813). Sendo a direção de qualquer movimento artístico determinada pelas condições do meio, pelo “influxo externo”, e não havendo “por ora no nosso ambiente a força necessária à invenção de doutrinas novas” (*Ibidem*, p. 813), nada mais compreensível que essa ausência de um conjunto articulado de escritores e obras partilhando idéias e procedimentos comuns. Concluindo, admite a existência de “uma tendência nova, oriunda do fastio deixado pelo abuso do subjetivismo e do desenvolvimento das modernas teorias científicas” (*Ibidem*, p. 815) mas, por outro lado, ainda não perfei-

Entre o culto e a exclusão: o lugar de Machado no projeto crítico de Mário de Andrade

Joana Luíza Muylaert de Araújo

RESUMO

Nas crônicas que escreveu para o Diário de Notícias do Rio de Janeiro, em 1939, por ocasião do centenário de Machado de Assis, Mário de Andrade, parece ter herdado o lugar-comum da crítica brasileira do século passado, comprometendo o que o movimento modernista já teria conquistado no campo da literatura de vanguarda no país. Por outro lado, suponho ter percebido, entre as frases que compõem a argumentação sinuosa e vacilante desses textos, intuições não explicitadas, sentimentos não confessados. O artigo que apresento vai em busca desses não-ditos, apenas sugeridos nas entrelinhas das crônicas, que mal disfarçam a paixão contida do escritor modernista por um legado literário que mal compreende.

PALAVRAS-CHAVE: Crítica literária brasileira, Mário de Andrade, Machado de Assis.

ABSTRACT

Mário de Andrade seems to have inherited the cliché of the Brazilian review of the last century in the chronicles that he wrote for the Diário de Notícias of Rio de Janeiro in 1939, on the occasion of the centenary of Machado de Assis, compromising what the modernist movement had already gained in the field of the avant-garde literature in the country. On the other hand, I suppose have noticed not explicit intuitions, not declared feelings among the phrases that make up the sinuous and faltering argumentation of these texts. The article that I present goes on these non-spoken elements, only suggested between the lines of the chronicles, which barely mask the contained passion of the modernist writer for a literary legacy that he hardly understands.

KEYWORDS: Brazilian literary review, Mário de Andrade, Machado de Assis.



A permanência do critério de nacionalidade na crítica literária modernista de Mário de Andrade: uma conhecida polêmica

Talvez eu não devesse escrever sobre Machado de Assis nestas celebrações de centenário... Tenho pelo gênio dele uma enorme admiração, pela obra dele um fervoroso culto, mas. Eu pergunto, leitor, pra que respondas ao segredo da tua consciência; amas Machado de Assis?... E esta inquietação me melancoliza.¹

As palavras com as quais Mário de Andrade inicia uma série de crônicas, publicadas no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, em 1939, por ocasião do centenário do autor de *Memorial de Aires*, parecem reacender um velho impasse, muito familiar aos críticos da obra machadiana.

Quase sempre fora do esquadro quando o assunto é literatura brasileira, a obra de Machado foi, como se sabe, ora reconhecida e consagrada, ora rechaçada pelos seus contemporâneos que, não fugindo à regra da nossa cordialidade, ou a elogiavam sem qualquer reflexão teórica mais conseqüente, ou a condenavam, do mesmo modo levados pelos sentimentos, nem sempre muito louváveis.

Muito já se escreveu sobre os impasses em que se viram enredados críticos e historiadores literários brasileiros, desde o período romântico e particularmente no final do século XIX. Com as lentes do darwinismo social, esses escritores, diante do que julgavam problemas da raça e dos trópicos, deram início à construção das imagens imobilizadoras de ressentimento e falta incontornáveis, que iriam predominar na crítica e na historiografia futura a respeito das produções literárias no país. Orientados por essa perspectiva, não poderiam deixar de sentir e perceber tudo o que se referisse às questões identitárias como realizações extremamente precárias, como máscaras descoladas de um presumido rosto verdadeiro. O impasse, um mal de origem, fez-se, assim, presença incômoda, continuamente lembrada, repisada, numa espécie de círculo vicioso, na historiografia literária do século XX, ao menos até a década de 1940.²

Em busca do marco zero de uma identidade, por suposição, ainda incompleta, ainda em formação, esses melancólicos intérpretes do Brasil voltavam seu olhar para um passado feito de ruínas e um futuro de incertezas, na melhor das hipóteses, um futuro utópico, sempre adiado, sempre inalcançável.

Como uma velha história que se repete, a formação de uma literatura brasileira, contraíra muitas dívidas, políticas e culturais, dívidas que se perpetuam insanáveis, em razoável medida, pelo assentimento magoado dos devedores. Dívida sempre rememorada nos escritos dos nossos críticos que, inseguros das imagens coaguladas que desenharam a respeito da própria cultura, parecem não ter se dado conta da historicidade e, em conseqüência, da provisoriidade de suas representações.

Com o cientificismo naturalista, os críticos acreditavam ser possível obter rigor e imparcialidade nas suas análises e, ao mesmo tempo, superar os esquemas impressionistas da crítica literária romântica. Sabe-se, hoje, no entanto, que os métodos naturalistas adotados, comprometidos com uma ideologia que nos reservava um papel menor na cena mundial, impossibilitavam o rigor e a neutralidade desejada. A conseqüência imediata é que, longe de ser científica, a crítica cientificista foi marcada em muitos momentos pelo aleatório, por um subjetivismo às vezes autoritário, exercida que foi ao sabor das veleidades pessoais, em conformidade com a velha e conhecida prática da cordialidade, atitude também presente nos debates teóricos que, por princípio, deveriam se circunscrever ao campo das idéias, menos vulneráveis, supostamente, aos sentimentos.

Caso exemplar da crítica exercida, naquele não tão distante século XIX, são as apreciações e os juízos sobre Machado de Assis e sua obra, dentre os quais cabe ressaltar, em linhas bem esquemáticas, o que escreveram a respeito dos autores considerados entre os mais representativos da hegemonia cientificista no país: Sílvio Romero e José Veríssimo.

O que gostaria de ressaltar, nessa brevíssima apresentação, é o ponto comum aos dois escritores, que foi a utilização, em alguma medida, de

tamente caracterizada. Trata-se apenas de um movimento em vias de se afirmar. Porque pensava desse modo, Machado de Assis só poderia mesmo discordar de Sílvio Romero ao aquilatar o valor da conhecida Escola de Recife, que não teria tido, segundo ele, Machado, a expressão e a importância atribuída pelo escritor sergipano. Para um estudo mais detalhado a respeito das “polêmicas literárias” do período, consultar o livro de Roberto Ventura. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁴ ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1962, v. III, p. 803.

⁵ Em livro recentemente publicado no Brasil, Abel Barros Baptista reabre a questão levantada pelo ensaio de Machado, centrando os argumentos nas “rupturas” ou “recusas” que o autor operou no âmbito da nacionalidade: recusa da transformação do projeto nacional em lei; recusa do projeto nacional romântico; recusa da ruptura com o passado literário europeu. Recusas que afirmam, ao mesmo tempo, a literatura e a irredutibilidade da literatura ao nacional. Quando se esquivava a distinguir o que é próprio e impróprio, Machado expõe a condição paradoxal da literatura brasileira como literatura moderna, que surge de uma interrogação a respeito de si mesma. Nas palavras do crítico, se a literatura brasileira “não pode encontrar na tradição ocidental uma exemplaridade imperativa”, nem “impor [...] um critério determinado de nacionalidade”, pode, por outro lado, “interrogar a tradição enquanto transmissão da literatura, e pode fazer dessa interrogação a destruição de toda a autoridade, seja a do passado, seja a do presente alheio, seja a própria autoridade de um projeto nacional”. O “sentimento íntimo” seria, na interpretação de Abel Baptista, simultaneamente, a realização máxima (ou síntese) de um “processo crítico que se orienta para a

remoção do problema da nacionalidade” e “instrumento que interrompe esse processo: ‘sentimento íntimo’ vale menos como proposta de um ‘brasileirismo interior’ do que como meio retórico que mantém a coerência da argumentação fundamental sem iludir a questão nacional”. BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 97-111.

⁶ Como o leitor terá identificado, aproprio-me, nessa passagem, do título do conhecido texto de Roberto Schwarz, *As idéias fora do lugar*. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

⁷ ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade, *op. cit.*, p. 804.

⁸ ROMERO, Sílvio. *Machado de Assis: estudo comparativo da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

⁹ VENTURA, Roberto, *op. cit.*, p. 95-149. Mais recentemente, ao recorrer à expressão “livro-tribunal”, referindo-se à devastadora crítica de Sílvio Romero, João Cezar de Castro Rocha menciona a proposta de Roberto Ventura, na qual se inspirara para cunhar a metáfora. É o que lemos no trecho a seguir, palavras de Ventura citadas por João Cezar: “[...] a polêmica se apropriava da argumentação jurídica: cada um dos debatedores advogava a sua própria causa, como se estivesse diante de um júri hipotético, formado por um público incumbido de assistir à apresentação e exposição das partes”. ROCHA, João Cezar de Castro. “O ruído das festas” e a fecundidade dos erros: como e por que releer Sílvio Romero. In: *O exílio do homem cordial*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004, p. 260.

¹⁰ Sobre a polêmica como “espetáculo”, antes “um duelo de personalidades” que um espaço de reflexão teórica, consultar o livro de Flora Süssekind, *Literatura e vida literária: polêmicas, diários & retratos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. No estudo a respeito da produção literária brasileira entre os anos

critérios naturalistas e evolucionistas nos estudos comparativos entre autores da mesma nacionalidade ou de nacionalidades diferentes.

Fala-se, por certo não apropriadamente, de uma polêmica entre Machado de Assis e Sílvio Romero pois, embora houvesse empenhado todas as suas forças para provocar o “bruxo do Cosme Velho”, não obteve sucesso o combativo e, não raro, deselegante crítico. Machado, como sabemos, manteve um absoluto e definitivo silêncio, deixando o seu adversário às voltas com outros contendores que, em princípio, não constituíam o alvo desejado do crítico sergipano. A famosa controvérsia teve início com um artigo do escritor fluminense, publicado na *Revista Brasileira* em 1879, onde este afirmara que Sílvio Romero havia superestimado a importância do movimento literário do Recife, chefiado por Tobias Barreto e Castro Alves.³

Em outro conhecido artigo – “Instinto de nacionalidade” – Machado de Assis, com astúcia e moderada ironia, manifestara-se contrário à opinião corrente de que o espírito nacional residiria nas obras que tratam de “assunto local”, doutrina, diz ele que, “a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura”⁴. Prudente e austero em suas críticas, reconhece Machado o valor das gerações de escritores que, antes dele, empenharam-se na missão de construir uma autonomia literária e cultural brasileira, o que não o impede de formular a questão em outra chave, “ao inverso”: como entender e construir uma literatura brasileira tendo em vista a literatura e não propriamente o Brasil.⁵ Que a recente literatura brasileira devesse incorporar assuntos regionais ou nacionais parecia indiscutível, talvez um falso problema, anacronismo romântico que nos condenava ao interminável descompasso entre nós e os outros, entre a margem e o centro das instâncias de legitimação. Evidenciando o problema verdadeiramente em pauta – o do reconhecimento do escritor pelos seus pares, daqui e do outro lado do mundo, e não propriamente o da representatividade nacional, Machado desloca o velho impasse romântico entre o local e o universal. Parece que a ele não interessava muito a questão que tanto afligia seus contemporâneos. Como se situar no tempo e não no espaço? Como ser lido e aceito senão incorporando o que, segundo Romero e tantos outros, era impróprio, inadequado, imitação de idéias fora do lugar?⁶ Essas, e não a da brasilidade literária, pareciam ser as perguntas do escritor.

Em outras palavras, não bastava restringir-se à pintura e à descrição da “cor local” da vida brasileira em seus diferentes aspectos e situações, da natureza e dos costumes. Cumpria ir mais além, do escritor brasileiro deveríamos exigir, “antes de tudo, [...] certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço”⁷.

E é exatamente o contrário desse “sentimento íntimo”, um nacionalismo de fachada, que Machado aponta e critica no romance e na poesia de então. Com uma visão perspicaz do problema, Machado acabou provocando uma polêmica, mesmo sem a intenção de polemizar, porque tocou no cerne de uma questão sensível aos críticos e escritores brasileiros, na maioria reféns do velho dilema do atraso, do descompasso, diante do que ia de mais avançado na literatura pelo mundo afora.

Ao contrário do autor de “Instinto de nacionalidade”, Sílvio Romero, como se sabe, foi um polemista contumaz. No ensaio chamado

“Machado de Assis: estudo comparativo da literatura brasileira”⁸, pretendeu promover um ataque demolidor da obra do escritor brasileiro, já àquela época, consagrado e reconhecido. Desse texto, surge um Machado de Assis, “genuíno representante da “sub-raça brasileira cruzada”. O absurdo de tal julgamento expressa não apenas as limitações do “critério nacionalista” de fundamentação etnográfica, expressa ao mesmo tempo as motivações pessoais não explicitadas, certamente comprometedoras da imparcialidade e do rigor científico visados pelo crítico. O que Roberto Ventura chama de “processo crítico movido por Sílvio Romero contra Machado de Assis”⁹ antes se revela uma reação subjetiva à apreciação não muito favorável de Machado sobre o Movimento Cultural de Recife, do qual se sentia parte o deselegante crítico.

Esse o motivo principal, certamente, que impediu Sílvio Romero de alcançar o mínimo de isenção e parcialidade esperadas no exercício da crítica literária. Poderíamos argumentar a seu favor alegando a inadequação de seu instrumental teórico. Mas este não seria um argumento suficientemente forte. Aos equívocos teóricos acrescenta-se o que já assinalamos – a ausência de objetividade, de equilíbrio nas ponderações. Pesou, e bastante, o fator pessoal.¹⁰

Lutando por provar a veracidade de sua tese, Sílvio Romero discute com outro importante crítico da época, José Veríssimo, segundo o qual o “critério nacionalístico” não se poderia adequar à obra de Machado de Assis, pois, dessa forma, “ela seria nula ou quase nula, o que basta, dado o seu valor incontestável, para mostrar quão injusto pode ser às vezes o emprego sistemático de fórmulas críticas”¹¹.

Apontada por Sílvio Romero como um grave defeito, a ruptura do escritor com o meio e a raça brasileira foi, ao contrário, valorizada por José Veríssimo enquanto sinal de originalidade e superação das limitações de um povo “atrasado” como o nosso¹². Quanto menos nacional a obra de Machado tanto melhor, já que mais próxima dos padrões literários europeus. Segundo Veríssimo, Machado de Assis foi um grande escritor porque estava acima, e portanto deslocado, do meio nacional, foi universal porque não foi nacional.

Ser ou não ser nacional era uma referência, como se vê, para os diversos julgamentos, mas não constituía, de fato, um critério seguro, uma vez que poderia significar ora um defeito, ora uma virtude, ora uma condição indispensável, ora um obstáculo intransponível para atingir o universalismo em questões de literatura.

A respeito de Machado, a crítica dos anos 1920 e 1930, com a devida ressalva a escritores como Augusto Meyer, parece ter preferido silenciar e quando se pronunciou, como nas crônicas de Mário de Andrade, tudo indica a retomada do lugar-comum historiográfico do século passado.¹³

De fato, ao menos no que diz respeito aos projetos de afirmação da brasilidade cultural e literária, antigos do século XIX e modernos do XX estão mais próximos do que se poderia esperar e prever. Não deve pois causar surpresa se, em relação às fronteiras do território literário nacional delimitado pelos modernos, os escritos de Machado parecem transbordar, exceder os traçados previstos. Ou ainda flutuar, numa espécie de terceira margem, entrelugar de apropriação fora de compasso.

O desconforto (ou mesmo desinteresse) dos nossos primeiros mo-

1970-1980, interessa-nos chamar a atenção para o que a autora observa como permanência, no então passado recente do país, de uma prática autoritária surgida no século XIX: “Bastaria lembrar as polémicas que agitaram a vida cultural brasileira na segunda metade do século XIX e na virada de século. Bastaria lembrar um Sílvio Romero ou um Carlos de Laet para verificar que este mecanismo de discussão privilegiado no país tem raízes bem mais longínquas do que 1964” (*Ibidem*, p. 69-70).

¹¹ VERÍSSIMO *apud* ROMERO, Sílvio, *op. cit.*, p. 27. Contra-argumentando, escreve Sílvio Romero que “o espírito nacional não está estritamente na escolha do tema, na eleição do assunto como ao Sr. José Veríssimo quer parecer. [...] O caráter nacional, esse *quid* quase indefinível, acha-se, ao inverso, na índole, na intuição, na visualidade interna, na psicologia do escritor. Tome um escritor eslavo, um russo, como Tolstói, por exemplo, um tema brasileiro, uma história qualquer das nossas tradições e costumes, há de tratá-la sempre como russo, que é. Isto é fatal. Tome Machado de Assis um motivo, um assunto entre as lendas eslavas, há de tratá-lo sempre como brasileiro, quero dizer, com aquela maneira de sentir e pensar, aquela visão interna das coisas, aquele *tic*, aquele *sestro* especial, se assim devo me expressar, que são o modo de representação espiritual da inteligência brasileira” (*Ibidem*, p. 27-28, grifos do autor). É interessante que Sílvio Romero, certamente sem se dar conta, referenda as palavras do próprio Machado sobre o critério da nacionalidade. Admite e reconhece que Machado, em seus contos e romances “chegou até a criação de verdadeiros tipos sociais e psicológicos, que são *nossos* em carne e osso, e essas são as criações fundamentais de uma literatura” (*Ibidem*, p. 28-29). Machado seria nacional na medida mesmo em que sua literatura refletiria a “sub-raça brasileira cruzada”. Depois de ter afirmado a nacionalidade do escritor, vê-se o crítico na desconfortável circunstância de salvar uma nacionalidade não-machadiana,

uma nacionalidade étnica-popular, conforme postulado em muitos de seus ensaios, incluindo o que estamos comentando. Segundo o novo critério, a obra de Machado careceria de representatividade popular. Machado, escreve Sílvia Romero, “é o menos popular de nossos poetas, pelo fundo, pela forma, pelo ritmo, pela linguagem, por tudo”; além disso, “em quase toda a sua obra, em poesia, tem esquecido o povo brasileiro” (*Ibidem*, p. 52-53). O autor de *Quincas Borba* é ainda censurado por não incorporar o modo romântico de escrever, por aquilo que o próprio Sílvia Romero não legitimou, respondendo a José Veríssimo, como lemos acima. Nas palavras do autor dessa devastadora crítica, tanto na prosa como na poesia machadiana, “falta completamente a paisagem, falham as descrições, as cenas da natureza, tão abundantes em Alencar, e as da história e da vida humana, tão notáveis em Herculano e no próprio Eça de Queiroz” (*Ibidem*, p. 55). faltando-lhe o povo e a paisagem brasileiros, a obra de Machado não passaria então, segundo o crítico, de uma imitação mal feita dos autores ingleses. E, no entanto, não havia ele antes afirmado que o espírito nacional residia numa maneira própria brasileira de sentir e pensar e não na mera escolha de temas locais? Ostensivamente hostil e deslegante, a crítica de Sílvia Romero foi, porém, coerente no seu conjunto. Afinal, parece nos dizer ele, o problema não residia exatamente na literatura de Machado, mas no Brasil nela representado: o Brasil mestiço e imitador. A tendência à imitação, entendida pelo crítico como um problema de raça (o brasileiro seria imitador porque mestiço), mostrava-se incontornável na escrita de Machado, que, desse ponto de vista, é e não é um legítimo representante do “espírito brasileiro”. Afirmação que, na sua ambigüidade, colocava o escritor num desconfortável lugar, uma vez que esse “espírito” atravessava um “momento mórbido, indeciso, anuviado, e por modo incompleto, indireto [...]”. Como “um produto normal, genuíno de seu

dermistadas diante da prosa machadiana explicaria esse “lapso” da crítica, pois o que se sabe é que de fato não foram muitos os que se propuseram desvendar o enigma proposto pela literatura de Machado. Entre eles se encontra Mário de Andrade, que aceitou a encomenda e se expôs, como sempre, ao julgamento de seus pares, contemporâneos e futuros.

Ainda assim, teria Mário de Andrade – moderno, antropofágico, arlequinal – apenas reproduzido lugares-comuns da crítica tradicional?

Quando lemos mais desatentos o texto de Mário, dedicado a Machado de Assis e à sua obra, costumamos estranhar o que pode parecer anacronismo da parte do crítico, esquecendo os valores que o orientavam naquilo que para ele significou uma verdadeira cruzada em defesa da literatura e da cultura brasileira. Nunca é demais lembrar a coerência com que Mário sempre assumiu todos os riscos do exercício crítico, aberto e combativo, realizado ao longo de sua história como ensaísta, poeta e prosador. Empenhou corpo e alma na missão a que se impôs de abraçar o Brasil, sacrificando o artista que poderia ter sido, em prol do pesquisador, incansável no propósito de ser útil, como declara na conhecida conferência de 1942.¹⁴ Foi, portanto, em conformidade com os pressupostos do projeto modernista e coerente com o papel assumido, que publicou a crítica a respeito da posição ocupada por Machado na história da literatura brasileira.

Tendo em vista essas primeiras considerações, por que deveríamos esperar de um escritor moderno, empenhado no projeto nacional literário, sensibilidade em relação ao singular e imprevisto numa dada tradição, a moderna tradição romântica/realista na qual se inseria Machado, quando sabemos que essa mesma singularidade não poderia ser compreendida pelo diapasão da representatividade local/nacional, nos temas e nas formas (incluindo a questão da língua), pedra de toque de tudo o que se projetava para que uma literatura brasileira se afirmasse?

Acreditando que as palavras de Mário deixam entrever intuições não explicitadas, sentimentos não confessados, proponho ir em busca desses não-ditos, apenas sugeridos nessas crônicas, que mal disfarçam a paixão contida do escritor modernista por um legado que ainda mal compreende. Não se trata, porém, de apontar o que Mário poderia ter dito e não disse, mas de tentar ler, nas entrelinhas de seu texto, o que está de fato lá, aludido, pressentido.

Retomando a pergunta acima – até que ponto estaria Mário reproduzindo lugares-comuns da crítica oitocentista? –, acredito que a escrita hesitante de Mário de Andrade, a respeito de Machado, não permite ao leitor um juízo mais definitivo, mais confortavelmente peremptório. Tomando a ambivalência como eixo do juízo crítico de Mário, vejamos como o autor formula argumentos que se contradizem num texto que caminha no frágil fio da navalha, sem entretanto perder o fio da meada.

Entre o culto e a exclusão: o lugar de Machado no projeto crítico de Mário de Andrade

Em linhas gerais, o conjunto das crônicas de que estamos tratando é pontuado pela admiração relativa ao “genial escritor” e à “primorosa obra”, exemplo de perfeição técnica, no mais bem acabado estilo acadêmico. Admiração acompanhada, por outro lado, de uma incômoda e

inquietante confissão: Mário reconhece e afirma o distanciamento afetivo em relação àquele que foi “o nosso maior escritor”.

“Vitorioso” num meio em tudo hostil às circunstâncias do escritor de origem pobre e mestiça, Machado de Assis, nas palavras de Mário, “não pode se tornar o ser representativo do Homo brasileiro”. Do mesmo modo, as “obras-primas” que escreveu, “perfeitíssimas de forma e fundo, em que, academicamente, a originalidade está muito menos na invenção que na perfeição”, se isolam no inacessível lugar dos clássicos, tão cultuados quanto menos compreendidos e amados.¹⁵

Como já comentamos na introdução desse artigo, “ser ou não ser nacionalista” permaneceu, na crítica modernista, um critério privilegiado para se decidir o lugar a que obras e autores de um passado ainda recente teriam o direito de ocupar. Foi esse o parâmetro norteador da crítica dirigida a Machado de Assis e sua obra, tanto por seus contemporâneos como por Mário de Andrade, “um dos intelectuais mais importantes do modernismo, empenhado numa espécie de “cruzada” em defesa de uma arte e de uma literatura brasileira¹⁶, em nova chave interpretativa é claro, cujas palavras-chave seriam “incorporação”, incorporação da herança literária européia, e “reelaboração” das obras e autores do passado nacional, o que em síntese poderíamos chamar de “uma poética da moderna tradição brasileira”.

Não cabendo, nos limites desse trabalho, aprofundar os modos como o autor de *Paulicéia Desvairada* formulou nos seus trabalhos de crítica literária as complexas relações entre modernidade e tradição, relembramos apenas a mencionada polêmica sobre Machado e sua literatura, dividindo amigos e desafetos do escritor que, movidos pela frágil, movediça imagem da brasilidade, envolveram-se ambos em vãs apologias, tanto quanto equivocadas condenações.

Nem amigo nem inimigo, Mário de Andrade, até certo ponto devedor desses impasses, modernista romântico que foi, tentou ser justo nas suas avaliações. E até certo ponto saiu vitorioso. Diria que, embora não atinando para a modernidade do “academismo” de Machado (com as lentes do moderno nacionalista não poderia mesmo vislumbrar outro sentido na ironia machadiana que o “*humour* de camarote, o exercício aristocrático da hipocrisia”), o autor de *Macunaíma* se vê constrangido a reconhecer que nosso Mestre, se “não pode ser um protótipo do homem brasileiro”, se, na condição de intelectual brasileiro “traiu bastante a sua e a nossa realidade”, por outro lado nos teria legado, com sua obra tão estrangeira, de uma “acadêmica obediência e observação dos protótipos”, “a confiança do nosso mestiçamento”. Refere-se Mário, nessa passagem, à “pena da galhofa”, decisiva e devastadora, com que Machado tratou das idéias raciais/evolucionistas, “bando de idéias novas”, muito seriamente consideradas por parte significativa da intelectualidade brasileira do século XIX, incluindo alguns admiradores do escritor, que, mais uma vez se constata, quase nada compreenderam do que ele escrevia.¹⁷

Nesse ponto, entretanto, Mário de Andrade, também admirador “inquieto” de Machado, acertou em cheio. Mais um passo nessa direção e Machado poderia aparecer como o mais realista entre os realistas, o mais brasileiro entre escritores brasileiros. Nas últimas linhas de sua crônica, entre reticências, Mário hesita e não conclui: “E é por tudo isto que a esse vencedor miraculoso não lhe daremos as batatas de que teve medo

tempo, de seu meio” (ROME-RO, Sívio, *op. cit.*, p. 71, 154), Machado é a expressão de um tempo, de um meio e de uma raça nada notáveis, segundo o melancólico crítico, juiz implacável na exata proporção de sua melancolia. Finalizando essa longa nota, vale lembrar a conhecida passagem em que Sívio Romero propõe, de modo incisivo e peremptório, um negativo diagnóstico sobre a cultura brasileira. Refiro-me ao que ele chamou de “disparate”, “contradição intrínseca” entre “uma pequena elite intelectual” e o “grosso da população”. Depois de afirmar que “a nação brasileira é um produto recentíssimo da história”, com “pouco mais de setenta anos de vida autônoma”, e que por isso mesmo não possui “um corpo de tradição e feitos históricos que constituam uma espécie de modelo, de paradigma para ações futuras”, nem muito menos “uma vasta cultura disseminada pelas altas classes sociais” (*Ibidem*, p. 71), Sívio Romero não poderia mesmo apontar qualquer saída para o impasse. Resta-lhe tão-somente constatar: de um lado, o povo, quase inteiramente inculto; de outro, os raros intelectuais, capazes apenas “copiar na política e nas letras quanta coisa foi encontrando no velho mundo”, [...] mestiços e meridionais, apaixonados, fantasistas, capazes de imitar, porém organicamente impróprios para criar, para inventar, para produzir coisa nossa e que sai do fundo imediato ou longínquo de nossa vida e de nossa história”. O resultado é “uma literatura e uma política exóticas, que vivem e procriam em uma estufa, sem relações com o ambiente e a temperatura exterior” (*Ibidem*, p. 71-72). Como parte da “pequena elite intelectual brasileira”, estranha ao país, o autor de *Quincas Borba* “nunca fez escola; nunca foi popular, mesmo no bom sentido da palavra e do fato” (*Ibidem*, p. 153). Por outro lado, mau imitador, Machado era a expressão autêntica de uma cultura inautêntica, imitação imprópria de tudo que chegava de fora, do velho mundo, quase sempre antes ou depois, nunca no tempo certo. Sua obra é mais e menos

nacional do que deveria, em incontornável desacerto com a hora e o lugar de onde supostamente deveria se configurar, em descompasso, portanto, com as tendências contemporâneas universais e com a tradição literária brasileira.

¹² VERÍSSIMO, José. Machado de Assis. In: *Estudos de literatura brasileira*. 6ª série. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977, p. 104.

¹³ Há algum tempo, ao menos desde o final da década de 1980, a obra crítica de Augusto Meyer tem recebido a merecida e justa atenção. Em 2002, por ocasião do centenário de seu nascimento, Tânia Carvalhal pronunciou a conferência “Augusto Meyer, leitor de Machado de Assis”, em que destaca a importância dos ensaios do escritor gaúcho, “uma verdadeira cisão na crítica machadiana”. Deslocando o foco das análises para a obra, relativizando o problema da “brasilidade literária”, Meyer evita tanto as armadilhas do biografismo quanto os impasses do critério nacional e dá início a uma nova tendência nos estudos sobre o autor de *Dom Casmurro*. Como não é o caso de tratar mais extensamente da questão, fica apenas um breve registro. A respeito, consultar: MEYER, Augusto. *Machado de Assis* (1935-1958). Rio de Janeiro: José Olympio/ABL, 2008. A conferência de Tânia Carvalhal está disponível no site: www.academia.org.br.

¹⁴ “O Movimento Modernista”, conferência lida no Salão de Conferências da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no dia 30 de abril de 1942, Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1942. In: ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002, p. 253-280.

¹⁵ ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002, p. 123-128.

¹⁶ A expressão é de Marcos Antonio de Moraes em “Abrasilhar o Brasil (arte e literatura na epistolografia de Mário de Andrade)”. *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*. Caravelle, n. 80, 33-47,

e antecipadamente zombou. Damos-lhe o nosso culto. E o nosso orgulho também. Mas estou escrevendo este final com uma rapidez nervosa ... Meus olhos estão se turvando, não se ... Talvez eu já não esteja mais no terreno da contemplação. Talvez eu esteja adivinhando...”.¹⁸

Entre o “culto pelo “gênio” e a exclusão do “Mestre”, Mário, melancólico, vacila e, como todo melancólico, não encontra razões mais palpáveis, mais precisas para a sua melancolia. Por que Machado, “nosso maior escritor”, “não pode ser um protótipo do homem brasileiro”? Por que tamanho descompasso, por que esse desacerto? Por que o país não se vê refletido na sua melhor literatura? Por que não podemos amar nossos melhores escritores? Mário, como sabemos, não cansou de chamar a atenção para o que considerava “os sacrifícios” de sua arte, “uma arte que se o for tem sempre um interesse prático imediato que nunca abandonou”. Em lado oposto aos “artistas legítimos”,¹⁹ “demais modernistas do Brasil”, Mário censurava-lhes “a posição contemplativa diante da vida”²⁰. Por que não se permitiria transitar mais livremente no “terreno da contemplação”? No caso de Machado, admirá-lo sem culpa nem sem sacrifícios?

Embora empenhado na missão de dar uma alma ao Brasil, adivinhar, intuir soluções mais engenhosas que as que ele mesmo propunha, não lhe parecia exercício particularmente difícil. Tanto nas interpretações sobre a tradição literária como nas avaliações sobre a poesia e a prosa contemporânea, Mário sabia abrir parênteses para os prováveis e inevitáveis equívocos de suas leituras.²¹ Em relação à obra de Machado de Assis, o que Mário diz talvez adivinhar, sem qualquer formulação mais explícita?

O ensaio, que deveria ser laudatório, e em certa medida é de fato, inicia, como já ressaltamos, com o costumeiro e, já a essa época, fácil reconhecimento da genialidade da obra de Machado. Mas a nota dissonante logo se faz ouvir, a distância amorosa em relação ao “autor” da obra torna incompreensível essa mesma genialidade, trava a aproximação, a identificação desejada entre obra, autor e leitor. E por que Mário não se reconheceria em Machado, por que não reconheceria sua obra representativa do Brasil? Se respondêssemos com as suas palavras, diríamos que “aos artistas a que faltem [...] dons de generosidade, a confiança na vida e no homem, a esperança, me parece impossível amar”; diríamos ainda que “a perfeição, a grandeza da arte é insuficiente para que um culto se totalize tomando todas as forças do crente”.²²

A questão, já bastante repisada na crítica, do lugar da obra de Machado na literatura brasileira, o grau de sua força de representação realista do local/nacional, retorna reafirmando um velho adágio das escritas da história literária brasileira. Como poderia ser útil construtor de uma cultura brasileira quem, distanciado do seu meio, escreve “com a pena da galhofa e a tinta da melancolia”? O projeto modernista, de integração das culturas heterogêneas e, no limite, incompatíveis, não previa o abstencionismo individualista diante da vida. Para a ambiciosa, utópica tarefa, os esforços teriam que ser desmedidos, exigindo o sacrifício de muitos, particularmente de artistas e intelectuais.

Mas, como já salientamos, não se trata apenas de mais um lugar-comum quando estamos falando de Mário, leitor atento às suas próprias limitações. Aos olhos turvos do crítico não poderia escapar que “as obras

valem mais que os homens” e a de Machado “nos dá a confiança do nosso mestiçamento”, com o seu próprio exemplo de “mestiço vitorioso na vida”.²³

Em outras palavras (tentando finalizar com mais objetividade as sábias/saborosas ambivalências de Mário em relação a Machado), se é preciso admitir que Machado “conseguiu uma vitória intelectual raríssima, alcançando que o considerassem em vida o representante máximo da nossa inteligência e o sentassem no posto então indiscutivelmente mais elevado da forma intelectual do país, a presidência da Academia”, também deve-se salientar o alto tributo dessa vitória. Machado teria “traído as suas origens” de brasileiro pobre e mulato. Teria se distanciado da “substância brasileira”, razão de ser da arte interessada de Mário, mais teoria e polêmica do que arte, mais uma “pregação”, uma “demonstração”, conforme escrevera o crítico em correspondência acima mencionada.²⁴

Por outro lado, percebida na sua máxima contradição, a atitude austera e distanciada de Machado teria contribuído para “mulatizar” a literatura brasileira: o “anti-mulato”, “anti-proletário” escritor, “exemplo de arianização e de civilização da nossa gente”, teria sido, “talvez contra a sua vontade”, o mais brasileiro entre os escritores brasileiros.

Talvez com o propósito de salvar o “arianismo” machadiano, nele Mário apreende e ressalta “a mais assombrosa vitória” da brasilidade mestiça. O “gênio” de Machado, “em vez de sossobrar no ridículo, na macaqueação, no tradicionalismo falso, conseguiu que essa branquira não se tornasse alvar. Antes, rico de tons e de fulgurações extraordinárias, o ‘arianismo’ dele opõe o desmentido mais viril a quanto se disse e ainda se diz e pensa da podridão das mestiçagens”.²⁵ Tiro que saiu pela culatra, o “arianismo” de Machado teria resgatado, paradoxalmente o escritor e a obra, devolvidos, ao final das contas, ao Brasil, seu lugar de origem e destino, supostamente.²⁶

O desejo, mal dissimulado, desse resgate torna então mais compreensíveis as oscilações de Mário. Em síntese exemplar daquilo que percebe como cisão irreparável entre o homem e a obra, escreve o crítico missionário: “Sim, se não reconheço Machado de Assis em mim, em compensação sou Braz Cubas, noutros momentos sou Dom Casmurro, noutros o velho Aires. Tenho encontrado dezenas de Vergílios e de Capitus. E qualquer um de nós traz um bocado do Alienista em si...”²⁷

Mas se são brasileiríssimos os personagens que povoam seus romances e contos, o mesmo não se poderia afirmar quando se trata da obra, ou seja, desses mesmos romances e contos. Como um “Acadêmico ideal”, cultor dos “velhos mestres da língua”, das formas clássicas do conto e do romance, Machado teria sido antes de tudo um **esteta**.

*Como um acadêmico, era um desprezador de assuntos. [...] Há contos dele movidos com tão pouca substância, tão sem uma base lírica de inspiração, que se tem a impressão de que Machado de Assis sentava para escrever. Escrever o quê? Apenas escrever. Sentava para escrever um gênero chamado conto, chamado romance, porém não tal romance ou tal conto. E é porque tinha no mais alto grau uma técnica, e bem definida a sua personalidade intelectual, que saiu este conto ou aquele romance.*²⁸

A essa altura, podemos afirmar que Mário, nos limites da missão

Toulouse, 2003, p. 45.

¹⁷ ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*, op. cit., p. 123-128.

¹⁸ *Ibidem*, p. 128.

¹⁹ Respondendo a Drummond, em carta de 18/02/1925, Mário expõe o que para ele deveriam ser a arte e a literatura no Brasil: “Daí uma diferença essencial entre vocês, artistas legítimos, e eu que na realidade verdadeira não sou mais artista [...] Minha arte, se assim você quiser, tem uma função prática, é originada, inspirada dum interesse vital e pra ele se dirige [...] Minha arte aparente é antes de mais nada uma pregação”. ANDRADE, Mário. *A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade*. Notas e apresentação de Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro: Record, 1988, p. 39-40.

²⁰ *Ibidem*, p. 94.

²¹ Numa das cartas a Murilo Rubião, de 1944, Mário, referindo-se a “Bárbara”, um dos contos fantásticos do escritor mineiro, escreve, temeroso pela possibilidade de não ser compreendido por seu interlocutor: “Seu conto ‘Bárbara’ ficou simplesmente uma delícia. Não sei si (*sic*) você se agrada deste qualificativo e aliás já lhe previni (*sic*) várias vezes que uma das falhas de minha incapacidade é o gênero de ficção que você faz. Ora, essa falha, me faz ficar danadamente tímido e superficial, diante dum conto como este, de que gostei francamente muito. Mas terei gostado certo?”. Em outra carta do mesmo ano, Mário também se mostrara bastante cauteloso diante do que chama de “prosa baseada no princípio da fantasia”. Embora admitindo a “enorme dificuldade de dar opinião pra esse gênero de criação em prosa”, talvez sem saber o lugar dessa nova prosa de ficção na literatura brasileira, percebe, e formula em linhas gerais, o essencial na construção de uma narrativa que acertadamente aproxima de Kafka. E ao final, escreve o seguinte: “Pois então, lhe fica rasgadamente confessado aqui: eu lhe digo, Murilo Rubião, com franqueza o que sinto, mais o que sinto do que

o que penso sobre os seus contos, mas digo assim meio desconfiado de mim, porque não entendo muito, nem consigo apreciar totalmente o gênero a que você se dedicou. Não tem dúvida nenhuma que existe nisso uma das deficiências minhas. De maneira que você nunca imagine que estou defendendo princípios estéticos em que tenho confiança ou imagino que são normas imprescindíveis. São quase apenas palpites." Tudo parece indicar que estamos frente a um Mário de Andrade, a essa altura de sua vida, menos interessado em polemizar ou em sustentar um projeto crítico, que deixava mais evidentes as muitas brechas por onde viriam surgir imprevistas formas literárias brasileiras, como os contos de Rubião. MORAES, Marcos Antonio de (org.). *Mário e o pirotécnico aprendiz*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: IEB-USP; São Paulo: Ed. Giordano, 1995, p. 89 e p. 55-58, respectivamente.

²² ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*, op. cit., p. 107-113.

²³ ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*, op. cit., p. 128.

²⁴ De encontro a essa afirmação, é interessante lembrar que bem antes, em outra carta a Drummond, de 20/12/1927, Mário salientara a "substância brasileira", expressa na língua e no humor machadianos. ANDRADE, Mário de. 1998, p. 105-106.

²⁵ ANDRADE, Mário de. ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*, op. cit., p. 124-125.

²⁶ Quanto ao "arianismo" de Machado, compare-se a análise de Mário com a de Sílvio Romero que, em chave inversa, apresenta a literatura machadiana como reflexo do "mestiço atrasado". De todo modo, ambas interpretações partem da noção de mestiçagem oriunda do século XIX.

²⁷ ANDRADE, Mário de, ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*, op. cit., p.125-126.

²⁸ *Ibidem*, p. 127.

²⁹ *Ibidem*, p. 127.

que se atribuíra, de construir e consolidar o projeto romântico/modernista de um Brasil literário, definitivamente não compreendeu a modernidade da narrativa machadiana. Em suas palavras, Machado "deixou em qualquer dos gêneros em que escreveu, obras-primas perfeitíssimas de forma e fundo", com a ressalva de que, se dominara "magistralmente a forma do conto", teria se perdido ao escrever romances, formas informes, resistentes às tradicionais filiações do gênero. Isolado na perfeição de seus escritos "sem psicologia" (do Brasil, dos brasileiros?), "nosso maior escritor" é um caso *sui generis*, uma exceção na cadeia de gerações de autores nacionais.²⁹

Entre o culto e a exclusão, Mário rende homenagens ao "genial Mestre", ao "nosso maior escritor", reservando-lhe ao mesmo tempo um lugar à margem de uma tão desejada quanto presumível genealogia brasileira. Esse é o nó que Mário não consegue desatar: não sendo representativa da sociedade brasileira, a obra de Machado paradoxalmente fornece as bases para se afirmar positivamente o "nosso mestiçamento"; sendo o nosso maior escritor, é e não é o mais brasileiro dos escritores nacionais; longe da cor local, da literatura como alegoria nacional, a narrativa de Machado possui "incompreensivelmente" a força do realismo mais denso, força de representação, e é isso que inquieta Mário, que o deixa perplexo e melancólico, num misto de admiração e culpa.



Artigo recebido em outubro de 2008. Aprovado em novembro de 2008.